

Demonstrações Financeiras

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

31 de dezembro de 2016 e 2015
com Relatório do Auditor Independente

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e 2015

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial levantado	5
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente.....	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstração do fluxo de caixa	10
Demonstração do valor adicionado	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul
Pelotas - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de fevereiro de 2017.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Ezequiel Litvac', written over the printed name and title.

Ezequiel Litvac
Contador CRC-1SP-249186/O-5

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Balanço patrimonial levantado
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	13.531	20.772
Clientes	6	11.604	8.983
Despesas antecipadas	7	12	41
Tributos a recuperar	8	78	19
Outros créditos		712	1.177
Total do ativo circulante		<u>25.937</u>	<u>30.992</u>
Não circulante			
Depósitos judiciais	9	454	384
Imobilizado	10	4.895	6.200
Intangível	11	250.238	203.536
Total do ativo não circulante		<u>255.587</u>	<u>210.120</u>
Total do ativo		<u>281.524</u>	<u>241.112</u>

	Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores		4.399	4.453
Empréstimos	14	51	51
Arrendamento mercantil financeiro	15	98	-
Debêntures	16	167.661	171.103
Impostos, taxas e contribuições a recolher	13	2.244	1.704
Obrigações sociais e trabalhistas	20	2.820	2.975
Partes relacionadas - fornecedores	17	985	7.595
Provisão para manutenção	18	2.589	4.262
Imposto de renda e contribuição social a pagar	12.c)	8.356	3.400
Obrigações com poder concedente	19	196	139
Outras contas a pagar		281	829
Total do passivo circulante		189.680	196.511
Não circulante			
Empréstimos	14	147	198
Arrendamento mercantil financeiro	15	29	-
Provisão para manutenção	18	738	1.922
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributários	21	1.941	2.283
Outras contas a pagar		1.310	1.526
Tributos diferidos	12.a)	8.138	8.203
Total do passivo não circulante		12.303	14.132
Patrimônio líquido			
Capital social	22.a)	17.755	17.755
Reserva de lucros - legal	22.c)	3.551	3.551
Reserva de capital - plano de opção com base em ações	22.d)	537	471
Reserva de lucros - dividendos adicionais propostos	22.e)	52.798	3.792
Reserva de capital - ágio na incorporação	22.f)	4.900	4.900
Total do patrimônio líquido		79.541	30.469
Total do passivo e patrimônio líquido		281.524	241.112

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	31/12/2016	31/12/2015
Receita líquida	23	296.947	211.369
Custo dos serviços prestados	24	(134.227)	(93.353)
Lucro bruto		162.720	118.016
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	24	(17.301)	(20.476)
Outras receitas (despesas), líquidas		(2)	54
		(17.303)	(20.422)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		145.417	97.594
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	25	1.888	1.922
Despesas financeiras	25	(25.784)	(22.963)
		(23.896)	(21.041)
Lucro operacional antes do imposto de renda E da contribuição social		121.521	76.553
Imposto de renda e contribuição social			
Correntes	12.b)	(41.325)	(27.279)
Diferidos	12.b)	65	1.305
		(41.260)	(25.974)
Lucro líquido do exercício		80.261	50.579
Lucro líquido por ação (em r\$) - básico e diluído	26	4,52	2,85

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Lucro líquido do exercício	80.261	50.579
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>80.261</u>	<u>50.579</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital		Reservas de lucros		Total	
			Plano de opção com base em ações	Ágio	Legal	Dividendos adicionais propostos		Lucros acumulados
Saldos em 31 de dezembro de 2014		17.755	339	4.900	3.551	393	-	26.938
Opções de ações outorgadas reconhecidas	22.d)	-	132	-	-	-	-	132
Dividendos pagos (R\$0,02 por ação)	22.f)	-	-	-	-	(393)	-	(393)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	50.579	50.579
Destinação do lucro:								
Dividendos intermediários pagos (R\$2,64 por ação)	22.f)	-	-	-	-	-	(46.787)	(46.787)
Constituição para reserva de dividendos (R\$0,21 por ação)	22.f)	-	-	-	-	3.792	(3.792)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015		17.755	471	4.900	3.551	3.792	-	30.469
Opções de ações outorgadas reconhecidas	22.d)	-	66	-	-	-	-	66
Dividendos pagos (R\$0,21 por ação)	22.f)	-	-	-	-	(3.792)	-	(3.792)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	80.261	80.261
Destinação do lucro:								
Dividendos intermediários pagos (R\$1,55 por ação)	22.f)	-	-	-	-	-	(27.463)	(27.463)
Constituição para reserva de dividendos (R\$2,97 por ação)	22.f)	-	-	-	-	52.798	(52.798)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016		17.755	537	4.900	3.551	52.798	-	79.541

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Demonstração do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	31/12/2016	31/12/2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido	80.261	50.579
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	19.675	17.903
Perda/baixa de ativo imobilizado e intangível	83	26
Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos e debêntures	23.888	21.267
Constituição de provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	830	765
Atualização monetária de perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	115	297
Constituição de provisão para manutenção	2.505	2.969
Atualização monetária provisão para manutenção	630	493
Levantamento de depósitos judiciais	313	2
Atualização monetária de depósitos judiciais	(68)	(29)
Plano de opção com base em ações	66	132
Tributos diferidos	(65)	(1.305)
Obrigações com Poder Concedente	2.580	2.005
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	19	1
	41.325	27.279
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Clientes	(2.640)	439
Tributos a recuperar	(59)	(19)
Despesas antecipadas	29	318
Depósitos judiciais	(315)	(126)
Outros créditos	465	(275)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(54)	(454)
Obrigações sociais e trabalhistas	(155)	365
Impostos, taxas e contribuições a recolher	540	121
Partes relacionadas - fornecedores	(6.610)	6.588
Pagamento de provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	(1.287)	(824)
Outras contas a pagar	(764)	331
Pagamento de provisão para manutenção	(5.992)	(3.230)
Imposto de renda e contribuição social	(36.369)	(34.078)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	118.946	91.540
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(484)	(2.246)
Aquisição de intangível	(64.671)	(31.650)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(65.155)	(33.896)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Obrigações com poder concedente	(2.523)	(2.005)
Captação de arrendamento mercantil financeiro	185	-
Pagamentos de empréstimos	(111)	(29)
Pagamento de dividendos	(31.255)	(47.180)
Juros pagos	(27.328)	(25)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(61.032)	(49.239)
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(7.241)	8.405
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	20.772	12.367
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	13.531	20.772
Aumento (redução) líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	(7.241)	8.405

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receitas		
Com arrecadação de pedágio	257.764	199.019
Com construção	60.888	28.936
Outras receitas	631	669
	<u>319.283</u>	<u>228.624</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos serviços prestados	(100.761)	(62.252)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(10.367)	(13.865)
	<u>(111.128)</u>	<u>(76.117)</u>
Valor adicionado bruto	208.155	152.507
Depreciação e amortização	(19.675)	(17.903)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	188.480	134.604
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	1.888	1.922
Valor adicionado total a distribuir	<u>190.368</u>	<u>136.526</u>
Distribuição do valor adicionado	<u>190.368</u>	<u>136.526</u>
Pessoal	18.811	18.181
Remuneração direta	14.449	13.821
Benefícios	3.589	3.408
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	773	952
Impostos, taxas e contribuições	<u>63.836</u>	<u>43.229</u>
Federais	50.935	33.263
Municipais	12.901	9.966
Remuneração de capitais de terceiros	<u>27.460</u>	<u>24.537</u>
Juros	23.807	21.078
Aluguéis	1.675	1.574
Outros efeitos financeiros	1.978	1.885
Remuneração de capitais próprios	<u>80.261</u>	<u>50.579</u>
Dividendos intermediários propostos	27.463	46.787
Constituição de reserva para dividendos	52.798	3.792

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL (“Ecosul” ou “Companhia”) foi constituída em 19 de janeiro de 1998 com início de suas operações em 1º de março de 2001. A Ecosul tem como objeto social exclusivo a exploração de rodovias pelo regime de concessão do denominado Polo Rodoviário de Pelotas. A sede da Companhia fica localizada na BR 116, km 511. As ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores. O fim da concessão está previsto para março de 2026.

As demais informações acerca do contrato de concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 19.

A conclusão e emissão destas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 20 de fevereiro de 2017.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade e base para preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações imitados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aqueles aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, na nota explicativa nº3.

As demonstrações financeiras da Companhia apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

2.2. Moeda funcional de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em Reais, a moeda do ambiente econômico, no qual a Companhia atua..

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados:

a) Instrumentos financeiros

(i) *Ativos financeiros*

Ativos financeiros são classificados como: (i) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado; (ii) empréstimos e recebíveis; (iii) investimentos mantidos até o vencimento; ou (iv) ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis e instrumentos financeiros.

Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos financeiros depende de sua classificação:

· Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, e outros recebíveis. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A amortização do método de juros efetivos ou despesas financeiras (perdas por redução ao valor recuperável) é apresentada na conta do resultado financeiro da demonstração do resultado.

· Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não designou nenhum ativo financeiro a valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro é baixado principalmente quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

(ii) *Passivos financeiros*

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, debêntures e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem empréstimos e financiamentos, debêntures e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Empréstimos

Após reconhecimento inicial, empréstimos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

- Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois, o maior.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

- (iii) *Instrumentos financeiros - apresentação líquida*

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

c) Provisões gerais

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

e) Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos.

f) Normas, alterações e interpretações de normas

(i) *As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotados até a emissão das demonstrações financeiras da Companhia são abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência:*

<u>Norma</u>	<u>Requerimento</u>	<u>Impacto nas demonstrações financeiras</u>
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; e (iii) o conceito de derivativos embutidos foi extinto.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 9 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes	O principal objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento de receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 15 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alteração IFRS 10 e IAS 28 Joint Venture	Tem o objetivo de esclarecer que o ganho ou a perda resultantes da venda ou contribuição de ativos que constituem um negócio, conforme definido na IFRS 3, entre um investidor e sua associada ou joint venture, são reconhecidos(as) na íntegra.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da alteração dos IFRS 10 e IAS 28 e entende que sua adoção não provocará impacto em suas demonstrações financeiras.
Alteração IAS 7 (Vigência a partir de 01/01/2017)	Tem o objetivo divulgar informações aos usuários para que possam avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da alteração do IAS 7 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
Alteração IAS 12 (Vigência a partir de 01/01/2017)	Tem o objetivo esclarecer que uma entidade deve considerar se a legislação fiscal restringe as fontes de lucros tributáveis contra as quais ela poderá fazer deduções sobre a reversão dessa diferença temporária dedutível.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da alteração do IAS 12 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alteração IFRS 2 (Vigência a partir de 01/01/2017)	Tem o objetivo esclarecer sobre a classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da alteração do IFRS 2 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IFRS 16 Arrendamento (Vigência a partir de 01/01/2019)	A nova norma estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 16 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

4. Principais uso de estimativas e julgamento

A Administração da Companhia estabelece estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

- Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos;
- Taxa de amortização: a determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego; e
- Provisões: a determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão limitado ao prazo final da concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego na rodovia sob sua concessão.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Determinação das receitas de construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do poder concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- a) Provisão para manutenção e obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, de 16,15% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações.
- b) Obrigações com Poder Concedente decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na Nota Explicativa nº 19.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa e bancos	3.823	3.166
Aplicações financeiras:		
Fundo de investimento (a)	3.832	15.539
Aplicações compromissadas (b)	4.785	852
Aplicações compromissadas automáticas (c)	1.091	1.215
	<u>13.531</u>	<u>20.772</u>

- (a) Fundo de investimento que se enquadra na categoria "renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo, também, não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos.

Em 31 de Dezembro de 2016 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 30,3% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 60,8% em Operações Compromissadas e 3,9% em Letra Financeira (LF) e 5,0% em Títulos Público.

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remunerados à taxa de 100,7% (101,3% em 31 de dezembro de 2015) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) Os recursos vinculados as aplicações financeiras compromissadas são remuneradas à taxa de 90% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), sem o risco de mudança significativa de valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e por estarem vinculadas a operações compromissadas não geram custos de IOF e são realizadas quando há necessidade de utilização de recursos em prazos menores de 30 dias.
- (c) A Companhia possui aplicação financeira no Itaú Unibanco, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 10% a 20% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nesta modalidade, e diariamente o volume excedente são alocados em aplicações mais rentáveis, mantendo esta modalidade com a taxa média de 10,0% do CDI (aplicações com permanência entre 1 e 14 dias), sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

6. Clientes

Representados por faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, pedágio eletrônico, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Pedágio eletrônico	9.520	6.451
Cupons de pedágio	2.022	2.475
Receitas acessórias	82	58
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD (a)	(20)	(1)
	<u>11.604</u>	<u>8.983</u>

(a) Refere-se à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. A política de contas a receber do Grupo EcoRodovias no qual a Companhia está inserida estabelece que a constituição de PECLD seja realizada com base nos clientes vencidos há mais de 120 dias.

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
A vencer	11.586	8.974
Vencidos:		
Até 30 dias	4	4
De 31 a 60 dias	4	5
De 61 a 90 dias	4	-
Acima de 90 dias	6	-
Acima de 120 dias	20	1
	<u>11.624</u>	<u>8.984</u>

A movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Saldo inicial	1	-
Constituição de PECLD no exercício	20	1
Valores recuperados no exercício	(1)	-
	<u>20</u>	<u>1</u>

7. Despesas antecipadas

O saldo de R\$12, em 31 de dezembro de 2016, classificado no ativo circulante (R\$41 em 31 de dezembro de 2015), refere-se, substancialmente, a prêmios de seguros a apropriar, aluguéis e Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU). Detalhes adicionais sobre os seguros contratados estão descritos na Nota Explicativa nº30.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

8. Tributos a recuperar

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
IRPJ e CSLL a recuperar	<u>78</u>	<u>19</u>
	<u>78</u>	<u>19</u>

9. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem as quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Saldo no início do exercício	384	231
Adições	315	126
Baixas/estornos	(313)	(2)
Atualização monetária	68	29
Saldo no fim do exercício	<u>454</u>	<u>384</u>

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

10. Imobilizado

Política contábil

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas médias de depreciação para cada grupo de ativo.

	Taxas médias anuais de depreciação	Custo				Depreciação				Residual			
		Saldos em	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em	Saldos em	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em	31/12/2015	31/12/2014
		31/12/2014				31/12/2015	31/12/2014				31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014
Hardwares	7,8	15.147	722	-	2	15.871	(11.669)	(1.203)	-	-	(12.872)	2.999	3.478
Máquinas e equipamentos	7,2	3.785	160	-	-	3.945	(2.412)	(277)	-	(1)	(2.690)	1.255	1.373
Móveis e utensílios	9,3	1.834	65	(15)	-	1.884	(557)	(173)	12	(4)	(722)	1.162	1.277
Veículos	13,8	263	459	(79)	277	920	(151)	(95)	68	-	(178)	742	112
Instalações	-	3.540	840	-	(4.380)	-	(456)	(372)	-	828	-	-	3.084
Terrenos	-	9	-	-	-	9	-	-	-	-	-	9	9
Outros	0,4	1.242	-	-	(348)	894	(863)	(4)	-	6	(861)	33	379
		25.820	2.246	(94)	(4.449)	23.523	(16.108)	(2.124)	80	829	(17.323)	6.200	9.712

	Taxas médias anuais de depreciação	Custo				Depreciação				Residual			
		Saldos em	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em	Saldos em	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em	31/12/2016	31/12/2015
		31/12/2015				31/12/2016	31/12/2015				31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
Hardwares	7,2	15.871	242	(17)	(4)	16.092	(12.872)	(1.146)	17	-	(14.001)	2.091	2.999
Máquinas e equipamentos	7,2	3.945	108	(5)	4	4.052	(2.690)	(289)	5	-	(2.974)	1.078	1.255
Móveis e utensílios	9,0	1.884	110	(47)	51	1.998	(722)	(174)	29	(18)	(885)	1.113	1.162
Veículos	19,5	920	24	-	(14)	930	(178)	(179)	-	-	(357)	573	742
Terrenos	-	9	-	-	-	9	-	-	-	-	-	9	9
Outros	0,2	894	-	-	-	894	(861)	(2)	-	-	(863)	31	33
		23.523	484	(69)	37	23.975	(17.323)	(1.790)	51	(18)	(19.080)	4.895	6.200

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos empréstimos (vide Nota Explicativa nº 14) ou de processos de qualquer natureza.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não foram capitalizados encargos financeiros.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado, e não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. Intangível

Política contábil

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

	Taxas médias anuais de amortização %	Custo				Amortização				Residual			
		Saldos em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2015	Saldos em 31/12/2014	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2015	31/12/2015	31/12/2014
		Contratos de concessão	(*)	272.096	31.423	(12)	4.449	307.956	(88.288)	(15.678)	-	(829)	(104.795)
Softwares de terceiros	7,8	1.187	227	-	-	1.414	(938)	(101)	-	-	(1.039)	375	249
		273.283	31.650	(12)	4.449	309.370	(89.226)	(15.779)	-	(829)	(105.834)	203.536	184.057

	Taxas médias anuais de amortização %	Custo				Amortização				Residual			
		Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2016	Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
		Contratos de concessão	(*)	307.956	63.841	(67)	(37)	371.693	(104.795)	(17.760)	2	18	(122.535)
Intangível em Andamento	-	-	677	-	-	677	-	-	-	-	-	677	-
Softwares de terceiros	8,4	1.414	153	-	-	1.567	(1.039)	(125)	-	-	(1.164)	403	375
		309.370	64.671	(67)	(37)	373.937	(105.834)	(17.885)	2	18	(123.699)	250.238	203.536

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado, através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, pois esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa média de amortização em 31 de dezembro de 2016 foi de 5,23% (5,36% em 31 de dezembro de 2015).

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem a infraestrutura rodoviária, o direito de outorga e outros.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final em cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

a) *Tributos diferidos*

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando-se a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balanço patrimonial		Resultado		
	31/12/2015	Adições	Baixas	31/12/2016	31/12/2016
Provisão para perdas cíveis e trabalhistas	694	83	(117)	660	(34)
Provisão para manutenção	1.542	246	(1.218)	570	(972)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	-	7	-	7	7
Juros capitalizados	3	5	(12)	(4)	(7)
Realização do ágio na incorporação	3.629	-	(350)	3.279	(350)
Efeito Lei 12.973/14 - Extinção RTT (*)	(14.190)	-	1.384	(12.806)	1.384
Provisão para férias e encargos de diretores	119	48	(11)	156	37
Imposto de renda e contribuição social diferido - Ativo/(Passivo)	(8.203)	389	(324)	(8.138)	
Receita (despesa) de Imposto de renda e contribuição social diferido					65

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
2016	-	72
2017	(358)	(47)
2018	(520)	(940)
2019	(961)	(940)
Após 2019	<u>(6.299)</u>	<u>(6.348)</u>
	<u>(8.138)</u>	<u>(8.203)</u>

(*) Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB nº 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627), que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT. Em 13 de maio de 2014, a MP 627 foi convertida na Lei nº 12.973/14. A Lei não alterou substancialmente os assuntos abordados pela MP 627, fazendo-se necessário mencionar dois temas, que de acordo com o nosso entendimento, são os principais: (a) A adequação das normas tributárias às novas normas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07 (fim do "RTT", com a consequente aproximação das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais *IFRS - International Financial Reporting Standards*); (b) Introdução de novas regras relacionadas à tributação de lucros provenientes de controladas e coligadas no Exterior.

A nova legislação trouxe a opção de sua adoção antecipada para o exercício de 2014 ou a adoção obrigatória a partir de 2015. A Companhia decidiu pela adoção antecipada no exercício de 2014, visto que a adoção em 2015 poderia impactar a distribuição dos dividendos excedentes do resultado de 2014 com a aplicação das novas regras, um dos principais pontos introduzidos pela Lei nº 12.973/14.

Os efeitos registrados até o ano imediatamente anterior a adoção (31 de dezembro de 2013) serão amortizados ao longo do prazo de concessão da Companhia, conforme prevê a Lei nº 12.973/14 e os efeitos do ano de 2014 já estão enquadrados nas novas normas tributárias.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado dos exercícios os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	121.521	76.553
Alíquota	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(41.317)	(26.028)
Incentivos fiscais (PAT)	232	225
Gratificações dos diretores	(166)	(192)
Outros	(9)	21
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	(41.260)	(25.974)
Despesa do imposto de renda e contribuição social - correntes	(41.325)	(27.279)
Despesa do imposto de renda e contribuição social - diferidos	(65)	1.305
Taxa efetiva	34,0%	33,9%

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

c) Imposto de renda e contribuição social pagos

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial provisão IR/CS	3.400	10.199
Despesa IR/CS corrente DRE	41.325	27.279
Total IR/CS pagos no exercício	(36.369)	(34.078)
Saldo final provisão IR/CS	8.356	3.400

13. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	31/12/2016	31/12/2015
ISS	978	654
COFINS	591	425
PIS	128	92
ISS fonte	83	96
INSS fonte	181	157
PIS/COFINS/CSLL fonte	242	185
Outros impostos	41	95
	2.244	1.704

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

14. Empréstimos

Credor	Vencimento final	Taxa média de juros	31/12/2016	31/12/2015
Em moeda nacional:				
Finame (a)	Novembro/2020	6% a.a.	<u>198</u>	249
			<u>198</u>	<u>249</u>
Circulante			51	51
Não circulante			147	198
	Instituição financeira	Índices financeiros exigidos		Garantias
(a)	Itaú	Não exigem manutenção dos índices		Sem garantia.

A movimentação dos empréstimos está demonstrada a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	249	279
Encargos financeiros	13	16
Pagamento do principal	(51)	(29)
Pagamento de juros	(13)	(17)
Saldo final	<u>198</u>	<u>249</u>

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

15. Arrendamento mercantil financeiro

As obrigações de arrendamento são garantidas de forma eficaz, uma vez que o ativo arrendado é revertido para o arrendador no caso de inadimplência.

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	<u>31/12/2016</u>
Obrigações brutas de arrendamento financeiro – pagamentos mínimos de arrendamento:	
Menos de um ano	97
Mais de um ano e menos de cinco anos	<u>28</u>
	<u>125</u>
Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros	<u>2</u>
Obrigações de arrendamento financeiro – saldo contábil	<u>127</u>
Circulante	<u>98</u>
Não circulante	<u>29</u>

A movimentação das informações está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2016</u>
Adição	185
Encargos financeiros	29
Pagamento principal	(60)
Pagamento de juros	<u>(27)</u>
	<u>127</u>

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

16. Debêntures

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Principal corrigido	148.000	148.000
Remuneração (juros)	19.664	23.150
Custos com emissão de debêntures (*)	(3)	(47)
	167.661	171.103
Circulante	167.661	171.103
Não circulante	-	-

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	171.103	149.860
Pagamento de juros	(27.288)	(8)
Encargos financeiros	23.846	21.251
Saldo final	167.661	171.103

(*) Os custos com emissão são referentes a todos os gastos que a Companhia incorreu para a emissão das debêntures, como gastos com bancos, advogados, auditores, entre outros. E sua amortização no resultado é efetuada usando o método da taxa efetiva de juros.

Descrição	
Forma e conversibilidade	Nominativas e escriturais, não conversíveis em ações
Quantidade emitida	14.800 (série única)
Valor nominal unitário na data da emissão	R\$10.000
Valor nominal unitário atualizado em 31 de dezembro de 2016	Não atualizável
Fator de atualização do valor nominal unitário	Atualização monetária anual pela variação do CDI
Remuneração (juros e correção)	115,0% do CDI
Vencimento da remuneração (juros e correção)	17/05/2017
Vencimento da amortização	17/05/2017
Instituição depositária das debêntures	Banco Bradesco S.A.
Local de pagamento	CETIP e/ou Banco Bradesco S.A.
Instituição responsável pela conta de reserva	Itaú Unibanco S.A.
Agente fiduciário	Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A
Garantias	Não há garantias de qualquer natureza
Cláusula de repactuação das debêntures	Não há cláusulas de repactuação

Não há vencimentos de parcelas não circulantes.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está demonstrada a seguir:

Emissora	Série	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
Companhia	Debêntures - Série Única - 1ª Emissão	17/11/2014	148.000	258	147.742	115,0% CDI	CDI + 4,17%

O índice financeiro exigido foi atendido em 31 de dezembro de 2016, conforme demonstrado abaixo:

1ª Emissão	Exigido	Medido (*)
(i) Dívida líquida/EBITDA ajustado	<3,0	0,92

(*) Índices não auditados pelos auditores independentes

17. Partes relacionadas

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, e serviços de consultoria.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's length basis*).

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Balanço patrimonial

Companhia	Natureza	Ativo	Passivo
		Intangível	Contas a pagar
Circulante:			
SBS Engenharia e Serviços Ltda. (a)	Outras partes relacionadas	28.738	132
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora direta	-	797
CBB Ind. Com. de Asfalto e Engenharia Ltda. (d)	Outras partes relacionadas	17.758	-
TB Transportadora Betumes Ltda. (d)	Outras partes relacionadas	2.850	-
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (c)	Controladora indireta	-	50
SBS Engenharia e Serviços Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	6
Total em 31 de dezembro de 2016		49.346	985
Total em 31 de dezembro de 2015		17.022	7.595

Demonstração do resultado

Companhia	Natureza	Receita	Custos e despesas		
		Fibra ótica	Custos dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Fibra ótica
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (e)	Controladora direta	265	-	-	265
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora direta	-	10.838	6.250	-
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (c)	Controladora indireta	-	-	525	-
SBS Engenharia e Serviços Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	-	60	-
Total em 31 de dezembro de 2016		265	10.838	6.835	265
Total em 31 de dezembro de 2015		239	6.138	9.305	239

(a) A SBS Engenharia e Serviços Ltda. possui participação acionária de 10% na Companhia e presta serviços de pavimentação e engenharia no complexo rodoviário na Companhia. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a SBS Engenharia e Serviços Ltda. é de R\$41.139. O prazo para execução destes serviços é março de 2018 e em 31 de dezembro de 2016 há um saldo de serviços a realizar de R\$6.273. Os saldos em aberto a pagar de R\$132 (sobre os serviços realizados) têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros, e não foram concedidas garantias aos credores.

(b) A controladora direta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de aproximadamente R\$19.559, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano.

(c) Refere-se ao aluguel do imóvel onde está localizada a sede da Ecosul. O saldo a vencer tem vencimento de 30 dias.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- (d) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., formada pelos acionistas da parte relacionada C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à Companhia. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$41.571, incluindo o aditivo contratual. O prazo para execução destes serviços é de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, há um saldo de serviços a realizar de R\$6.265. Não há saldos em aberto a pagar (sobre os serviços já realizados), têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (e) A companhia e sua controladora Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. assinaram Contrato de Permissão de uso de faixa de domínio em que a Companhia cede para sua controladora o direito de exploração de sua faixa de domínio, em contrapartida foi celebrado um contrato de Locação de Fibra óptica (Ecosul loca da Ecorodovias) pelo mesmo valor da permissão de uso.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2016 em R\$977 (R\$1.332 para o exercício de 2015).

A Administração da Companhia convocará AGO dentro dos primeiros quatro meses do ano de 2017, para entre outras coisas, deliberar sobre a remuneração dos administradores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2017. Adicionalmente, na mesma AGO, a Administração proporá aos acionistas a retificação do valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 para R\$992, o qual foi efetivamente pago e refletido nas demonstrações financeiras. A diferença entre o valor aprovado e o efetivamente pago ocorreu em virtude do pagamento de remuneração adicional de performance.

A remuneração paga aos administradores nos exercícios está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Remuneração (fixa/variável)	835	811
Plano de opção com base em ações (vide Nota Explicativa nº 22.d)	66	132
Remuneração baseado em ações	46	23
Previdência privada	45	41
	<u>992</u>	<u>1.007</u>

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

18. Provisão para manutenção

Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de gastos futuros para manter a infraestrutura rodoviária no nível de operacionalidade contratual e são registrados a valor presente à taxa de 16,15% ao ano. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada dois anos, estando demonstrado a seguir:

	31/12/2014	Adição	Baixa	Efeito financeiro	31/12/2015
Constituição da provisão para manutenção	19.301	3.599	-	-	22.900
Efeito do valor presente sobre a constituição	(2.548)	(630)	-	-	(3.178)
Realização da manutenção	(11.986)	-	(3.230)	-	(15.216)
Ajuste a valor presente - realizações	1.185	-	-	493	1.678
	<u>5.952</u>	<u>2.969</u>	<u>(3.230)</u>	<u>493</u>	<u>6.184</u>
Circulante	<u>4.695</u>				<u>4.262</u>
Não circulante	<u>1.257</u>				<u>1.922</u>

	31/12/2015	Adição	Baixa	Efeito financeiro	31/12/2016
Constituição da provisão para manutenção	22.900	2.898	-	-	25.798
Efeito do valor presente sobre a constituição	(3.178)	(393)	-	-	(3.571)
Realização da manutenção	(15.216)	-	(5.992)	-	(21.208)
Ajuste a valor presente - realizações	1.678	-	-	630	2.308
	<u>6.184</u>	<u>2.505</u>	<u>(5.992)</u>	<u>630</u>	<u>3.327</u>
Circulante	<u>4.262</u>				<u>2.589</u>
Não circulante	<u>1.922</u>				<u>738</u>

19. Obrigações com Poder Concedente

	31/12/2016	31/12/2015
Parcelas variáveis	<u>196</u>	<u>139</u>

A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 1% da receita de arrecadação do pedágio.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação está demonstrada a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Saldo inicial	139	139
Custo (vide Nota Explicativa nº 24)	2.580	2.005
Pagamento	(2.523)	(2.005)
Saldo final	196	139

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 31 de dezembro de 2016, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

Natureza dos custos	31/12/2016	31/12/2015
	Previsão de 2016 a 2026	Previsão de 2015 a 2026
Melhorias na infraestrutura	239.332	281.710
Conservação especial (manutenção)	66.320	68.158
Equipamentos	12.816	16.053

20. Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2016	31/12/2015
Salários e outras obrigações a pagar	1.230	1.575
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a recolher	310	226
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) a recolher	78	70
IRRF a recolher	97	69
Provisão de férias	814	758
Encargos sobre provisões de férias a recolher - INSS e FGTS	291	277
	2.820	2.975

21. Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias

Política contábil

A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação da provisão no exercício é conforme segue:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2015	1.685	360	2.045
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	516	249	765
(-) Pagamentos	(824)	-	(824)
(+) Atualização monetária	188	109	297
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.565	718	2.283
	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	1.565	718	2.283
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	203	627	830
(-) Pagamentos	(566)	(721)	(1.287)
(+) Atualização monetária	(176)	291	115
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.026	915	1.941

(a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde, principalmente, a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia tem outros processos de natureza cível que totalizam, em 31 de dezembro de 2016, R\$5.107 (R\$4.937 em 31 de dezembro de 2015), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

(b) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes de trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2016, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$2.007 (R\$3.763 em 31 de dezembro de 2015), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

(c) Processos tributários

Em 31 de dezembro de 2016, existem processos de natureza tributária que totalizam R\$9.045 (R\$8.542 em 31 de dezembro de 2015), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão. Referem-se à ação pelo não recolhimento dos valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, relativos ao pagamento de participação nos lucros e resultados a diretores da Companhia, e questionamento quanto à taxa de depreciação de benfeitorias realizadas nos imóveis objeto da concessão.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital social é de R\$17.755, representado por 17.755.000 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

b) Capital autorizado

Conforme o Estatuto Social da Companhia, fica autorizado o aumento do capital social, de forma total ou parcial, independentemente de reforma estatutária, até atingir o limite de R\$30.000, mediante deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, que fixará o preço de emissão e as demais condições da respectiva colocação.

c) Reserva de lucros - legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o saldo é de R\$3.551, o qual atingiu o limite de constituição de reserva.

d) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

Conforme deliberado em AGE da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., datada de 31 de agosto de 2010, foi aprovado um Plano Geral para Outorga de Opção de Compra de Ações aos diretores e empregados do Grupo EcoRodovias. O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura é o responsável por definir e administrar o referido plano.

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com os Administradores baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais da data da sua outorga. Para determinar o valor justo, a Companhia utiliza um especialista de precificação externo, o qual utiliza um método de valorização apropriado.

O custo com transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido como “despesa de pessoal”, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição).

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O efeito da diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluído, sendo esta diluição aplicável para controladora indireta Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A., responsável pela outorga do plano.

O plano de opção com base em ações tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da EcoRodovias Infraestrutura, de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos. São elegíveis para participar diretores estatutários da Companhia e de suas controladas e empregados-chave que não sejam administradores estatutários, incluindo aqueles das controladas da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de até 2% de ações ordinárias do capital social, efetivamente emitidas pela EcoRodovias Infraestrutura. Essas ações deverão ser apenas ações em tesouraria.

O preço das opções corresponderá ao valor da ação da EcoRodovias Infraestrutura, atualizado monetariamente pelo IPCA ou outro índice de base de apuração equivalente, que seja escolhido pela Assembleia Geral da EcoRodovias Infraestrutura.

O conselho de Administração disponibilizou 182.244 ações ordinárias como segue:

Data	3ª outorga 25/04/2012	4ª outorga 25/04/2013	5ª outorga 28/04/2014
Quantidade de opções de ações	20.667	49.180	112.397
Preço de período - R\$ por ação	R\$13,58	R\$17,51	R\$12,18
Índice de reajuste	IPCA	IPCA	IPCA

A Companhia reconhece no resultado, durante o exercício de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. Em 31 de dezembro de 2016, foi registrado na rubrica "Plano de opções com base em ações" o valor de R\$66 (R\$132 em 31 de dezembro de 2015).

A EcoRodovias Infraestrutura efetuará a liquidação desse plano de opção com base em ações entregando ações de sua própria emissão que serão mantidas em tesouraria até o efetivo período das ações por parte dos beneficiários.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As variações nas quantidades de opções de compra de ações estão apresentadas a seguir:

	25/04/2012	25/04/2013	28/04/2014	Total
Em 31 de dezembro de 2011	-	-	-	-
Outorgadas	20.667	-	-	20.667
Em 31 de dezembro de 2012	20.667	-	-	20.667
Outorgadas	-	49.180	-	49.180
Em 31 de dezembro de 2013	20.667	49.180	-	69.847
Outorgadas	-	-	112.397	112.397
Em 31 de dezembro de 2014	20.667	49.180	112.397	182.244
Outorgadas	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2015	20.667	49.180	112.397	182.244
Outorgadas	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2016	20.667	49.180	112.397	182.244

A aquisição do direito ao exercício da opção ocorrerá na forma e nos prazos apresentados a seguir:

Ano	Preço médio do período por ação em R\$	Quantidade de ações	Valor justo médio da opção em R\$	Total	Prazo para exercer
2017	14,92	28.099	6,32	178	11 meses
2018	14,92	28.090	2,10	59	23 meses
		<u>56.189</u>	<u>4,21</u>	<u>237</u>	

e) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de pelo menos 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

O montante de dividendos pagos em 31 de dezembro de 2016 no montante de R\$31.255 refere-se a: R\$3.792 referentes ao lucro do exercício de 2015, já aprovado na Assembleia Geral Ordinária de 28 de abril de 2016 e R\$27.463 referentes a dividendos intermediários do exercício de 2015 aprovados em reuniões do Conselho de Administração, que submeterão à Assembleia Geral Ordinária em abril de 2017 calculados conforme segue:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Lucro líquido do exercício	80.261	50.579
Base de cálculo dos dividendos	80.261	50.579
Proposta da Administração		
Dividendos intermediários pagos	(27.463)	(46.787)
Dividendos pagos (a pagar) no exercício seguinte	52.798	3.792

f) Reserva de capital - ágio

Em 31 de agosto de 2009, a Ecosul Participações Ltda. foi incorporada pela Ecosul, gerando um aumento da reserva de capital, decorrente do ágio gerado quando da aquisição das ações da própria Ecosul.

23. Receita líquida

Política contábil

Receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- a) As receitas de pedágio, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.
- b) As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como "Receitas antecipadas", no passivo circulante, na rubrica "Outras contas a pagar", sendo apropriadas como receitas ao resultado do exercício à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- c) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

Imposto sobre vendas

Receitas e despesas são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, isso ocorrerá quando os impostos sobre vendas são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesas conforme o caso; e quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

Quando o valor líquido dos impostos sobre as vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

A composição da receita operacional está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	123.986	100.385
Pedágio por equipamento eletrônico (a)	83.055	61.758
Vale-pedágio	50.723	36.876
	257.764	199.019
Receita de construção	60.888	28.936
Receitas acessórias (b)	631	669
Receita bruta	319.283	228.624
Deduções sobre a receita bruta (c)	(22.336)	(17.255)
Receita líquida	296.947	211.369

(a) Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico.

(b) Referem-se a arrendamento de área para fibra ótica, uso de faixa e domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos, entre outros.

(c) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento. Segue quadro com receitas tributárias para análise adequada das deduções das receitas.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2016	31/12/2015
Receitas com arrecadação de pedágio	257.764	199.019
Receitas acessórias	631	669
	258.395	199.688
Deduções		
Cofins (3%)	(7.752)	(5.991)
PIS (0,65%)	(1.680)	(1.298)
ISS (2% a 5%)	(12.904)	(9.966)
	(22.336)	(17.255)

24. Custos e despesas operacionais - por natureza

	31/12/2016	31/12/2015
Pessoal	18.811	18.181
Conservação e manutenção	11.717	10.364
Serviços de terceiros (*)	27.660	26.145
Seguros (vide Nota Explicativa nº 30)	923	882
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 19)	2.580	2.005
Provisão para manutenção	2.505	2.969
Depreciações e amortizações	19.675	17.903
Locação de imóveis e máquinas	1.675	1.574
Custo de construção de obras	60.888	28.936
Outros	5.094	4.870
	151.528	113.829
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	134.227	93.353
Despesas gerais e administrativas	17.301	20.476
	151.528	113.829

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções e serviços de consultoria e assessoria.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

25. Resultado financeiro

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	1.801	1.875
Outras	87	47
	<u>1.888</u>	<u>1.922</u>
Despesas financeiras:		
Juros empréstimos e arrendamento mercantil financeiro	(42)	(16)
Juros sobre debêntures	(23.794)	(21.062)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(52)	(189)
Ajuste a valor presente – sobre provisão para manutenção	(630)	(493)
Obrigações fiscais	(193)	(297)
Despesas bancárias	(4)	(89)
Outras despesas financeiras	(1.069)	(817)
	<u>(25.784)</u>	<u>(22.963)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(23.896)</u>	<u>(21.041)</u>

26. Lucro por ação

a) Lucro básico por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	80.261	50.579
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	17.755	17.755
Lucro básico por ação das operações continuadas	4,52	2,85

b) Lucro diluído por ação

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua diluição pelo plano de opção de ações, divulgada na Nota Explicativa nº 22.d, pois o plano de opção é da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

27. Participação nos Lucros e Resultados - PLR

A Companhia tem como política a administração de participação nos lucros e resultados aos seus funcionários, vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho e o sindicato da categoria. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a participação nos lucros e resultados foi de R\$855 (R\$843 em 31 de dezembro de 2015), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”.

28. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Dívida (a)	167.986	171.491
Caixa e equivalentes de caixa	(13.531)	<u>(20.772)</u>
Dívida líquida	154.455	150.719
Patrimônio líquido (b)	79.541	30.469
Índice de endividamento líquido	1,94	<u>4,95</u>

(a) A dívida é definida como empréstimos e arrendamento mercantil financeiro circulantes e não circulantes, debêntures e obrigações com Poder Concedente, conforme detalhados nas Notas Explicativas nº 14, 15, 16 e 19.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

- Aplicações financeiras: são formadas por compromissadas e fundos de investimentos em renda fixa, remunerados a taxa média ponderada de 94,8% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Debêntures e obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2016 são como segue:

		<u>Contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos:			
Caixa e bancos (ii)	Empréstimos e recebíveis	3.823	3.823
Clientes (i)	Empréstimos e recebíveis	11.604	11.604
Aplicações financeiras (ii)	Empréstimos e recebíveis	9.708	9.708
Passivos:			
Fornecedores (i)	Outros passivos financeiros	4.399	4.399
Empréstimos e arrendamento mercantil financeiro (iii)	Outros passivos financeiros	325	325
Debêntures (iii)	Outros passivos financeiros	167.661	167.661
Phantom stock option (iv)	Outros passivos financeiros	93	93

(i) Os saldos das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.

(ii) Os saldos de aplicações financeiras aproximam-se do valor justo na data do balanço patrimonial.

(iii) Os empréstimos e debêntures aproximam-se do valor justo na data do balanço.

(iv) O valor do phantom stock option está registrado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Gestão de riscos

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a) *Risco de mercado*

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco de taxa de câmbio e risco de taxa de juros.

b) *Risco de taxa de juros*

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras e empréstimos circulantes e não circulantes em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

c) *Risco de crédito*

Instrumentos financeiros, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. (STP) de R\$8.171 (R\$5.581 em 31 de dezembro de 2015), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

d) *Risco de liquidez*

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva - % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Debêntures	115,0% do CDI	176.804	-	-	-
Finame	6,0% a.a	60,8	57,8	54,8	47,7

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros sobre aplicações financeiras	Baixa do CDI(a)	669	502	335
Juros sobre empréstimos	Alta do CDI(b)	(26.769)	(28.315)	(29.840)
Juros a incorrer		(26.100)	(27.813)	(29.505)

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016 e de 2015

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicador	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (Baixa CDI) (a)	10,25%	7,69%	5,13%
CDI (Alta CDI) (b)	10,25%	12,81%	15,38%

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

29. Plano de previdência privada

Em junho de 2006, foi implantado o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e o funcionário contribuem na mesma paridade de valores, para os salários superiores a R\$2,6, até o limite de 8% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do funcionário. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia contribuiu com a quantia de R\$203 (R\$192 em 31 de dezembro de 2015), registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

30. Seguros contratados

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Em 31 de dezembro de 2016, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Vigência	Cobertura R\$ mil
Seguro garantia	Janeiro de 2017 a Janeiro de 2018	48.125
“All Risk” - responsabilidade civil	Janeiro de 2017 a Janeiro de 2018	3.100
“All Risk” - danos materiais	Janeiro de 2017 a Janeiro de 2018	1.289.940
“All Risk” - perda de receita	Janeiro de 2017 a Janeiro de 2018	265.000
Equipamentos	Janeiro de 2017 a Janeiro de 2018	35
Seguro sede	Janeiro de 2017 a Janeiro de 2018	4.000
Veículos	Janeiro de 2017 a Janeiro de 2018	Tabela FIPE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2016

Senhores Acionistas

A Administração da Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A.- Ecosul, em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Mensagem da Administração

A Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A.- Ecosul ("Ecosul") foi constituída em 19 de janeiro de 1998, com início de suas operações em 1º de março de 2001. A Ecosul tem como objeto social exclusivo a exploração de rodovias pelo regime de concessão.

A Ecosul administra os segmentos da BR 116 entre Camaquã e Jaguarão e a BR 392 entre Rio Grande e Santana da Boa Vista, conhecido como Polo Rodoviário de Pelotas (RS), com 457,3 km de vias federais.

A concessão reúne trechos vitais para as economias regional e nacional, sendo o maior deles o "corredor do Mercosul" (BR 116). Grande parte dos veículos que trafega anualmente pelas rodovias administradas pela concessionária é de carga, com destino ao porto do Rio Grande. Além disso, a Ecosul é o principal acesso para turistas uruguaios em direção ao litoral brasileiro.

Nos últimos 03 anos o escopo do Contrato de Concessão esta passando por uma evolução dos parâmetros de atendimento, principalmente pela incorporação de segmentos duplicados da BR 116 e BR 392, propiciando a melhoria da prestação de serviços aos seus usuários e agregação de valor.

A concessão tem prazo de 25 anos e mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, conservações preventivas, implantação de sistemas de controles de tráfego e atendimento aos usuários.

Para finalizar, por mais este ano, a Ecosul agradece aos seus colaboradores pela dedicação e comprometimento com as metas empresariais, aos seus acionistas diretos e indiretos, sempre confiantes na gestão da companhia, e ao apoio dos usuários, fornecedores, órgãos reguladores e demais instituições e parceiros.

PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Essas práticas são apresentadas na Nota Explicativa n.º 3 das Demonstrações Financeiras.

RESULTADOS OPERACIONAIS – TRÁFEGO

O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 25.897 mil em 2016, redução 4,8%, devido ao arrefecimento da economia e a isenção dos eixos suspensos. Desconsiderando o impacto da não cobrança dos eixos suspensos apresentou redução de 1,9%.

Em janeiro de 2016, foi aprovado reajuste das tarifas de pedágio composto pelo reajuste anual previsto em contrato de 6,6%, a repactuação contratual de 2013, de graus tarifários de 2,5% (aditivo em 2015) e 1,2% (aditivo em 2016) e reequilíbrio gerado pela não cobrança do eixo suspenso de 18,1%, totalizando um reajuste de 31,1% para os veículos de passeio e reajuste de 38,6% para os veículos comerciais.

RESULTADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

RECEITA BRUTA

A receita bruta totalizou R\$ 319,3 milhões em 2016, aumento de 39,7% devido principalmente, ao aumento das tarifas e receita de construção. As deduções sobre a receita bruta totalizaram R\$22,3 milhões, 29,4% superior quando comparado com o exercício anterior.

Receita de Pedágio - crescimento de 29,5%, resultante do reajuste contratual nas tarifas de pedágio.

Receita Acessória - decréscimo de 5,7%, principalmente devida à redução da receita proveniente do monitoramento de cargas especiais.

Receita de Construção – crescimento de 110,4%, principalmente, devido obras exigidas pelo contrato.

Para mais informações sobre a receita bruta, vide nota explicativa da Demonstração Financeira da Companhia.

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida atingiu R\$ 296,9 milhões em 2016. Excluindo a receita de construção a receita líquida pró-forma foi de R\$ 236,1 milhões, aumento de 29,4% em relação a 2015.

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Os custos operacionais e despesas administrativas tiveram aumento de 33,1% totalizando R\$ 151,5 milhões. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos operacionais e despesas administrativas caixa atingiram R\$ 68,5 milhões, aumento de 6,9%. As variações observadas foram:

Pessoal: R\$ 18,8 milhões em 2016, aumento de 3,5%, devido ao reajuste salarial;

Conservação e Manutenção: R\$ 11,7 milhões em 2016, 13,1% superior a 2015, resultante do aumento de custos com a manutenção de pavimento;

Serviços de terceiros: R\$ 27,7 milhões em 2016, 5,8% superior a 2015, principalmente, devido a readequação do contrato nos serviços prestados pela Ecorodovias Concessões;

Poder Concedente, Seguros, e Locações: R\$ 5,2 milhões em 2016, 16,1% superior a 2015, devido ao incremento da outorga variável em função do aumento da receita de pedágio;

Outros: Atingiu R\$ 5,1 milhões em 2016, comparado a R\$4,9 milhões em 2015;

Depreciação e Amortização: R\$ 19,7 milhões em 2016, 9,9% superior a 2015, devido ao aumento da base de ativos durante o ano de 2016;

Provisão para Manutenção: R\$ 2,5 milhões em 2016, queda de 15,6% devido a menor previsão futura para manutenção e renovação dos pavimentos, dentro dos critérios estabelecidos pelas normas contábeis e à maior base de ativos; e

Custo de construção de obras: R\$ 60,9 milhões em 2016, 110,4% superior a 2015, principalmente, referente a obras exigidas pelo contrato e pelo aditivo contratual assinado em fevereiro de 2015.

Para mais informações sobre os Custos Operacionais e Despesas Administrativas, vide nota explicativa da Demonstração Financeira da Companhia.

EBITDA E MARGEM EBITDA

O EBITDA em 2016, foi de R\$ 165,1 milhões (margem EBITDA de 55,6%). O EBITDA pró-forma, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$ 167,6 milhões com crescimento de 41,5% e margem EBITDA de 71,0%.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 23,9 milhões, crescimento de 13,6% em relação aos R\$ 21,0 milhões negativos em 2015. Esse aumento refere-se, principalmente, à variação do CDI, indexador das debêntures (+2,5 p.p.) quando comparado com 2015.

LUCRO LÍQUIDO

Em 2016, a Ecosul apresentou lucro líquido após a participação de minoritários de R\$ 80,3 milhões, 58,7% superior a 2015.

DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO

A Ecosul encerrou dezembro de 2016 com saldo de caixa, bancos e aplicações financeiras vinculados de R\$ 13,5 milhões. O endividamento financeiro bruto (composto por financiamentos, empréstimos e debêntures) atingiu R\$ 168,2 milhões em 31 de dezembro de 2016 e o endividamento financeiro líquido (dívida líquida sem considerar o saldo de credor pela concessão), de R\$ 154,5 milhões.

A Companhia encerrou o ano com os indicadores de Dívida Líquida/EBITDA e Endividamento Financeiro Líquido/EBITDA pro-forma de 0,9x.

Para mais informações do endividamento da Companhia, vide notas explicativas da Demonstração Financeira da Companhia.

CAPEX

O Capex realizado pela Ecosul totalizou R\$ 71,2 milhões em 2016, com destaque para investimentos em manutenção e recuperação de pavimento, implantação de dispositivos de segurança e recuperação de obras.

As informações sobre Governança Corporativa, Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental estão disponíveis no Relatório de Administração da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S/A., no site www.ecorodovias.com.br/ri.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2016: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410) – “*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*”. Os honorários relativos a esses trabalhos são de R\$28,7 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.
